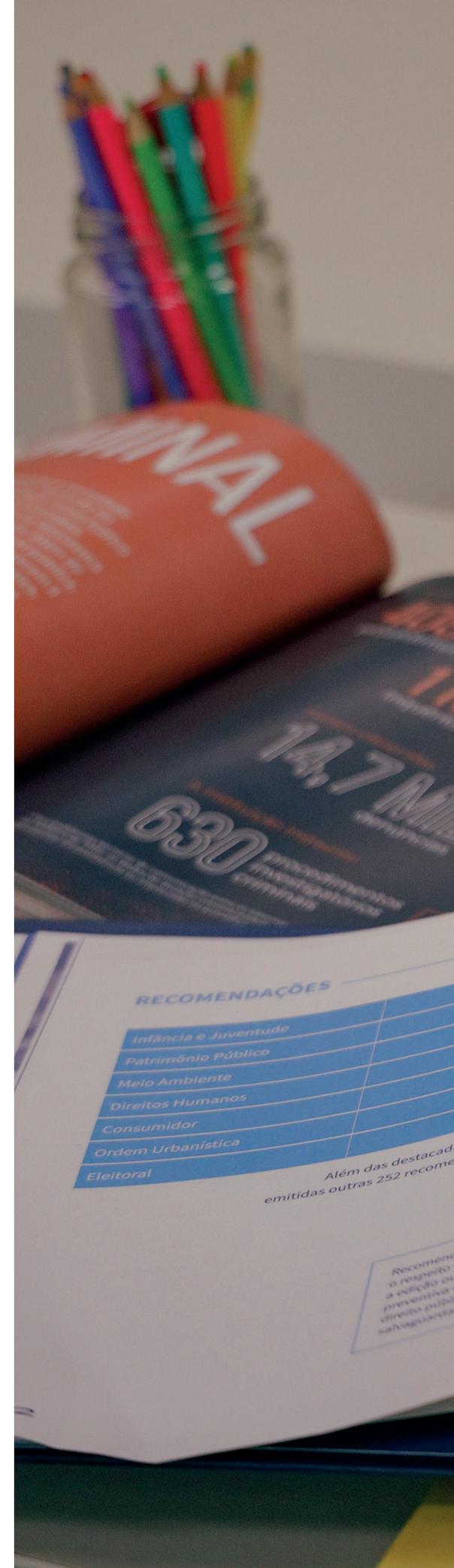


GESTÃO ADMINISTRATIVA

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão de pessoas, de processos de trabalho, orçamentária e financeira e de infraestrutura física do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Essas atividades são fundamentais para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes, em apoio aos objetivos constantes do nosso Mapa Estratégico.





161
113
81
57
29
29
11

733
expedidas

destacadas, foram
recomendações

recomendação é um instrumento utilizado pelo Ministério Público com objetivo de promover o respeito e a efetividade dos direitos e interesses assegurados legalmente, podendo ser proferida em caráter preventivo ou corretivo, proferida ou deferida, a qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, que tenha condições de fazer ou deixar de fazer alguma coisa que prejudique interesses, direitos e bens de que a instituição é incumbida de defender.

ATUAÇÃO JUDICIAL

Ações civis públicas

Infância e Juventude	420
Direitos Humanos	309
Meio Ambiente	264
Consumidor	85
Patrimônio Público	84
Ordem Urbanística	11

Não se obtendo êxito na solução do problema que estava sob investigação, sendo caso de arquivamento do inquérito investigatório, o Ministério Público pode ingressar judicialmente com Ação Civil Pública (ACP), regulamentada pela Lei nº 7.347/85. A ACP busca a responsabilização por danos morais e patrimoniais, causados por atos físicos ou jurídicos – ambientais, de meio ambiente, o consumo, o patrimônio artístico/histórico, os interesses difusos ou coletivos (saúde, criança e adolescente, patrimônio público, entre outros), tendo em vista a condenação em dinheiro ou obrigação de fazer ou não fazer.

INTRANET MPRS

Office 365 | SCP | SIM | SAL | SPU | P2

Área | Sistemas | Gestão de Pessoas | Serviços | Informática | Comunicação | Contratações

CAMPANHA
Ainda é tempo de doar parte do IIR para os Fundos da Criança e do Adolescente e do Idoso.

INSTITUCIONAL
Promotora de Justiça de Novo Hamburgo é elevada para primeira instância.

INSTITUCIONAL
Promotora de Justiça de São Leopoldo é elevada para primeira instância.

MEIO AMBIENTE
MERS e Estado buscam preservação de área do antigo Hospital Psiquiátrico São Pedro.

MP NEWS
EPISÓDIO 18 - 28/03/2024
0:00 / 0:00

ACOLHE MP
saiba mais

AVISOS
GERAL

destacadas, foram propostas
ações civis públicas





GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

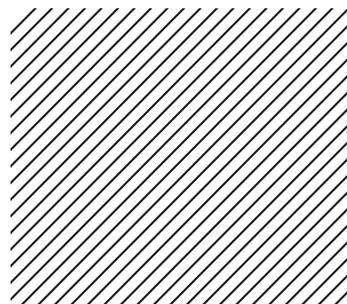
O Ministério Público assegurou, para o exercício de 2024, um orçamento de R\$ 1.348.222.394,00, necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Considerando-se tão somente os Recursos Livres, a despesa orçamentária empenhada no ano de 2024 representou 100% do orçamento disponível ao final do exercício. Do valor empenhado, 0,08% foi destinado a despesas de capital, 18,95% para as despesas de custeio e 80,97% para despesas de pessoal.

Já ao analisarmos os

Recursos Vinculados, a despesa orçamentária empenhada no ano de 2024 representou 78,20% do orçamento disponível ao final do exercício. Deste valor empenhado, 42,28% foram destinados a despesas de capital e 57,72% para as despesas de custeio.

A partir dos dados, constata-se que foi atingido o resultado-chave vinculado ao objetivo de “Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários”, previsto no Mapa Estratégico do MPRS.





GESTÃO DE PESSOAS

O Ministério Público, com vistas ao aperfeiçoamento constante dos serviços prestados, investe permanentemente no desenvolvimento e estruturação de seu quadro de pessoal, objetivando criar um ambiente de trabalho saudável e produtivo, em que os colaboradores se sintam engajados e valorizados.

No ano de 2024, em aderência ao objetivo estratégico “Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho” e com base na Recomendação 52/2017 do CNMP, que trata da Política Nacional de Gestão de Pessoas, o Programa de Gestão Estratégica de Pessoas (PGEP) desenvolveu os seguintes projetos e ações:

Programa de Liderança Humanizada

O programa realizou atividades de autoconhecimento, *feedback* empático, segurança psicológica e sobre os conceitos da cultura e pesquisa de clima organizacional, com uma média de 240 líderes da instituição capacitados em cada.

Pesquisa de Clima Organizacional

Instrumento de gestão de pessoas desenvolvido com vistas a compreender as percepções e os sentimentos dos integrantes do MPRS, identificando fatores que impactam a cultura organizacional a fim de oportunizar a intervenção programada a partir do diagnóstico. Responderam à pesquisa 1.648 integrantes, representando 35,69% do total da instituição.

Programa de Preparação para a Aposentadoria (PPA)

Lançado em 2024, o PPA visa oferecer aos integrantes que estão a dois anos da possibilidade de aposentadoria e aos que já estão aptos para se aposentar atividades que sirvam de suporte para uma transição leve para a próxima fase de suas vidas, abordando as dimensões emocionais, sociais e práticas desse processo.

POSSE DE 34 NOVOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

No mês de novembro, foram empossados 34 novos promotores de Justiça aprovados no 50º Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público do Rio Grande, que teve suas provas Discursivas, Oraís, de Tribuna e de Títulos ao longo de 2024.



ASSESSORIA DE APOIO À ATIVIDADE-FIM

Tem como objetivo apoiar a atuação finalística dos órgãos de execução, por meio da prestação de auxílio ao enfrentamento das demandas administrativas, judiciais e atividades extrajudiciais junto às Promotorias de Justiça. Entre outros casos, atua como apoio remoto, administrativo e jurídico, em virtude de afastamentos legais de servidores.

Ainda, há um núcleo de assessoramento jurídico para as Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, que auxiliou nove Promotorias, com a elaboração de 4.607 minutas jurídicas.

Além disso, executa as

diretrizes definidas pelo Comitê Gestor do Programa de Apoio à Atividade-Fim – PROFIM, criado pelo Provimento 41/2023 – PGJ. No início do programa, o foco da atuação foram Promotorias de Justiça de entrância inicial que estivessem sem Promotor de Justiça titular à época. O escopo definido foi a prestação de suporte proativo em duas frentes: inquéritos civis da matéria improbidade administrativa, em razão da modificação da Lei 14.230/21, e inquéritos policiais de tramitação direta.

Em 2024, o Núcleo de Tramitação Direta analisou e finalizou 7.045 inquéritos policiais e 95 inquéritos civis na matéria de improbidade administrativa.



MAIS EFICIÊNCIA E ESPECIALIZAÇÃO NO ATENDIMENTO DE 26 PROMOTORIAS

Como reconhecimento da importância de regiões, beneficiando as comunidades locais, que passam a contar com um atendimento mais eficiente e especializado, em 15 de dezembro de 2023, foi publicada a lei complementar que promoveu a entrância de 26 Promotorias de Justiça.

A oficialização das elevações, com a necessária adequação das Promotorias, ocorreu em 2024. Passaram de inicial para intermediária as Promotorias de Campo Bom, Canela, Canguçu, Charqueadas, Encantado, Estância Velha, Gramado,

Itaqui, Marau, Panambi, Parobé, Santo Antônio da Patrulha, São Sebastião do Caí, Três de Maio e Três Passos.

De entrância intermediária para final, foram elevadas as Promotorias de Justiça de Bagé, Canoas, Erechim, Gravataí, Novo Hamburgo, Rio Grande, Santa Cruz do Sul, Santo Ângelo, São Leopoldo, Uruguaiana e Viamão.

Ainda no ano de 2024, o MPRS efetivou a promoção de todos os membros lotados nestas Promotorias de Justiça que foram elevadas e que estivessem em condições para tanto.

**Mais alta condecoração
foi entregue a pessoas que
contribuíram com a instituição
durante as enchentes**

21 PERSONALIDADES HOMENAGEADAS COM A ORDEM DO MÉRITO 2024

Em 11 de novembro, o Ministério Público concedeu a Ordem do Mérito a 21 personalidades por seus méritos e relevantes serviços prestados à instituição e à cultura jurídica do Estado. Receberam a mais alta condecoração do MPRS, no grau Grã-Cruz, Alberto Delgado Neto, Eva Margarida Brinques de Carvalho, Fábio de Souza Trajano, Frederico Cantori Antunes, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur, Hertz Pires do Nascimento, Jarbas Soares

Júnior, Marisa Lara Adami da Silva, Paulo Gustavo Gonet Branco e Sérgio Guimarães Britto. No grau Comendador, foram agraciados André Luis Dal Molin Flores, Fábio Costa Pereira, Ivana Kist Huppes Ferrazzo, Marcio Abreu Ferreira da Cunha, Mariana de Azambuja Pires e Patrícia Zanchi Cunha. No grau Oficial, receberam a distinção Ângela Szelbracikowski, Manoela Castro Diniz Tarragô, Paola Francesca Guizzo Rigotto e Silvia da Silva Tejedas.